

A poliarquia comprimida

Compressed poliarchy

NELSON GOULART

O livro **À Margem do Abismo: Conflitos na Política Brasileira**, da Editora Revan, agrega uma seleção de entrevistas e artigos de jornais, revistas e blogs do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos compreendidos entre julho de 2002 e março de 2015. Eles tratam de temas que cobrem desde o processo de modernização da sociedade brasileira e de processos naturais até os específicos argumentos e posicionamentos do judiciário e da mídia nas movimentações tangentes à ação penal 470 – popularizada como “mensalão” –, evento da ordem dos conflitos, da disputa pela composição institucional que trate de assentar a disputa pelo que se fazer da mais valia na ordem liberal.¹

Dois avisos são necessários ao público: primeiro, o formato ou os formatos não corrompem as análises do conhecido preditor do golpe de 64 e nem a sutil brutalidade das consequências em tê-las na toada dos eventos, a despeito dos “entortar narizes” que podem surgir, mesmo que eventualmente, dos leitores acadêmico-puristas. Segundo, a redação de traços ensaísticos do cientista político gestado na Filosofia assusta, cansa os (e)leitores medianos nesses dias arrefecidos de compartilhadas e *likes*; porém, golpe dado, fica ainda mais latente a necessidade do exercício crítico sobre a marcha da poliarquia construída, e, para tal, os ganhos da leitura compensarão o esforço. Ambos os tipos terão excelente material para pensar a situação social e política do país.

¹. Processos naturais e conflitos são dois termos de um sistema interpretativo apresentado, de maneira preliminar, no artigo intitulado **Esquema geral para a análise de políticas públicas: uma proposta preliminar** (1973), de Olavo Brasil de Lima Júnior e Wanderley Guilherme dos Santos, e por Wanderley Guilherme dos Santos na obra **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira** (1979), para abordar a distribuição das políticas sociais.

São 36 textos que tratam indireta e diretamente de modernização, das eleições, do voto (e do voto Lula), de coronéis, das reformas políticas, dos posicionamentos do Judiciário, do papel da mídia... todos, como alerta a abertura da obra, selecionados, mas não cerrados por áreas temáticas ou assuntos. Apenas datas serviram de fio para alinhar a disposição dos textos. Facilidade ou convite, fica aberta ao público – esteja ele mais a qual dos tipos estiver, por isso os avisos anteriores – a maneira mais larga ou mais justa com que se há de coser, ajuntar os argumentos e as posições resultados.

Partindo do pressuposto de que houve uma alteração radical no eixo da elegibilidade com a eleição e com o acordo de entrada de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e com a reeleição da candidata do partido em 2014, esta resenha está estruturada na seguinte questão²: Diante do paradoxo entre a acumulação e a equidade³, inerente à construção social dos sistemas liberais democráticos, a competição institucional (ou a institucionalidade, como diz o autor), a participação e a elegibilidade⁴ da jovem poliarquia brasileira deram conta de digerir os resultados sociais e políticos provenientes destes 28 anos de redemocratização? Para responder à questão, ao mesmo turno em que se apresenta a obra, serão utilizados quatro passos, mais ou menos livres, amarrados sob dois adjetivos já um tanto comuns nas interpretações dedicadas às interpretações da poliarquia brasileira: otimista e pessimista.

Primeiro passo: Se o leitor for dos das más notícias primeiro, seu tema de concentração majoritário é o da reforma política. Para tal, dos 36, o leitor pode

² A estrutura da obra não é tão permissiva aos modelos fechados de resenha. Por isso se lançou mão de uma estrutura argumentativa trabalhada por uma questão orientadora que permitiu retomar elementos da obra e as posições do autor. Se com isso, por um lado, agride-se o formato e a formalidade do estilo, por outro posiciona-se o que na obra, por critério demasiado largo, não foi posicionado: uma defesa patente, consistente e persistente da jovem poliarquia brasileira ao longo dos anos, realista quantos às mudanças socioeconômicas ocorridas nos anos da república e nos governos do Partido dos Trabalhadores, contrária às mais acaloradas e apressadas propostas de reforma, mas ao mesmo passo e por fim incisivamente crítica dos limites do oligopólio dos sistemas partidários de representação.

³ O paradoxo entre a acumulação e a equidade caracteriza a situação inerente aos regimes liberais democráticos e sustenta, entre outras, a definição de democracia utilizada pelo autor, bem como o esquema interpretativo de que o mesmo lança mão para apreender as lógicas e os padrões de distribuição das políticas sociais. Além da obra **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira** (1979), faço referência à obra **Paradoxos do liberalismo: teoria e história** (1999): ambas tratam da relação entre os limites do *laissez-faire* e a constituição dos governos e o seu papel.

⁴ Institucionalidade, participação e elegibilidade são as três dimensões da poliarquia, definidas por Wanderley Guilherme dos Santos no artigo intitulado **Poliarquia em 3D**, de 1998, para interpretar os processos de implementação das democracias. Por institucionalidade, mesmo que grosseiramente, pode-se entender competição institucionalizada.

iniciar pelos sete seguintes textos: “Reforma política: da teoria à prática”, “Tese de reformistas mostra-se obsoleta”, “O STF, *data venia*, está mal informado”, “Desenha-se a contrarreforma da democracia”, “Pondo tempero na reforma política” e, por fim, mas não os menos importantes “A reforma política não é lógica” e “Cuidado com a pressa do judiciário”. Deles ficarão determinados não só os argumentos que, desde 2005 – recorte de entrada dos textos – até hoje, estão na pauta das reformas políticas, bem como serão dadas as falácias internas a alguns deles. A posição do autor, contrária às incursões reformistas, será, para tanto, o primeiro benefício angariado da obra. Após rechaçar as principais teses sustentadas na infidelidade partidária, no troca-troca de partidos e nos partidos nanicos, restará a não rejeição à limitação dos gastos das campanhas sustentada na afirmativa de que o grosso das incertezas do sistema eleitoral democrático decanta em lucros exorbitantes dos marketings das campanhas, argumento trabalhado, no qual se delimita o fim do primeiro passo.

Segundo passo: Depois do respiro dos gastos de campanha e dos custos da propaganda eleitoral, tratados no passo anterior, o leitor pode seguir, ainda com certo grau de pessimismo, pelo que resta. Dos 29 restantes, o leitor pode seguir pelos 11 seguintes textos: “O programa de índio dos fiscais da democracia”, “Entre rinocerontes e aliados do peito”, “Entre um PT indeciso e um PSDB arcaico”, “O Brasil e a armadilha de Malthus”, “País de uma ética só”, “Ministros do STF pensam da mesma forma que a mídia”, “Oposição quer colher o que não plantou”, “A esquerda perdeu a capacidade de liderar”, “Democratização de meios de comunicação se impõe”, “O momento antropofágico do Brasil”, “*De officiis* - entrevista a Christian Lynch”. Com eles, arremata-se a posição de cautela diante das argumentações mais prontas a não desvelar corruptores e corruptos, creditando-se aos partidos, em lógica no mínimo duvidosa e quase que prontamente, a parcela grossa de mazelas. Nas palavras do próprio: “É simplesmente ‘vamos acabar com a corrupção’, ‘isso tudo precisa mudar’ etc. O sucesso tanto em um caso, o especulador financeiro, quanto no outro, o especulador moral, não decorre da criação de nada. Decorre da manipulação de expectativa. É a mesma coisa (p. 165).”

Terceiro passo: O terceiro passo carrega, antes de amarrar, dois avisos: *i)* se levados a sério os argumentos anteriormente trabalhados, seus níveis de

pessimismo tenderão a ser reduzidos; e *ii*) mais custoso será encarar os mais recentes golpes dados na poliarquia brasileira como produto honesto de (e diretamente imbricado a) uma consciência política e moral aquartelada em juizados de pequenas grandes causas. Nesta toada, a sugestão segue por um conjunto de dez textos que poderia ser separado em dois de cinco; mas, como toda dominação por passos nasce quase pronta a ser readequada pelo interlocutor, segue em um só conjunto, que aglutina as principais críticas à leitura muito própria e insossa que temos da poliarquia aqui construída, de um quase tudo se resumir, nove fora, ao imperativo de encontrar coronéis. Enfim, ao assunto, dos 18 restantes, o leitor pode seguir pelos dez seguintes textos: “Há espaço para todos na corrupção”, “A balada sem fim da corrupção primordial”, “Um julgamento para a história I”, “Um julgamento para a história II”, “Ação penal 470: uma exceção para a história”, “Grotões e coronéis vivem de estatística”, “O voto do eleitor está mais caro”, “Nanicos, mas com presença inteligente”, “Das eleições normais às mais polemicas”, “2008: o ano das eleições inesquecíveis”.

Quarto passo: O quarto e último passo cose os oito últimos textos, que tratam do papel aglutinador – algo necessário, se o que se deseja é que viva a poliarquia, e assumido por uma das lideranças populares mais importantes da história do país, no bojo de um pacto que, a saber, foi o menos custoso às elites nos idos de 2002: Luiz Inácio Lula da Silva. Este é o passo menos pessimista (o que, por tabela, talvez o faça o mais otimista). “A ora do analfabetu”, “O capitalismo venceu! Viva o socialismo”, “A propósito do falado terceiro mandato”, “O Brasil e o grande salto a sua frente”, “A classe média encontra Getúlio”, “Esplendor e queda da classe média nacional”, “Repartição de renda faz sua primeira eleição”, “Lula e sua herança”.

Se o leitor não for dos das más notícias primeiro, inverta o procedimento. A questão fica aberta.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2015). **À Margem do Abismo: Conflitos na Política Brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 200 p., ISBN: 978-85-7106-555-0.

Nelson Goulart

Coordenador Executivo do Núcleo de Estudos em Representação e Democracia (Nerd)
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Uenf